



COMUNICADO

Comissão Justiça e Paz dos Religiosos Portugueses perante a crise

Fátima, 9 de Abril de 2011

A Comissão Justiça e Paz dos Institutos Religiosos, no seguimento do seu Encontro Nacional do passado dia 9 de Abril, centrado na crise que atravessamos, apresenta a sua visão e atitude perante a mesma:

- Queremos encarar a crise como uma oportunidade para a criação de uma sociedade mais consciente, mais participativa e mais responsável, partindo do princípio de que o mais importante é o que somos e a forma como gerimos as nossas capacidades e os nossos recursos.

- Nessa perspectiva estamos convictos de que, sejam quais forem os esforços exigidos aos cidadãos, é preciso lucidez e determinação para que esses esforços não redundem em meros paliativos para uma doença que precisa de ser atacada nas suas causas. A par do esforço para minorar as dificuldades dos mais fragilizados, importa ultrapassar o mero apoio pontual e consolidar as bases de um futuro de liberdade e autonomia da pessoa.

- Constatamos que, apesar de várias expressões de progresso, não se verificou um correspondente desenvolvimento humano. Para tal situação contribuiu uma visão que secundariza o ser da pessoa dando a primazia ao ter. O modelo de crescimento que essa veicula é fomentador de desigualdades crescentes, porque despojado dos valores que enobrecem a humanidade. Mas também olhamos para práticas políticas muito enraizadas e que, nos últimos dias, expuseram ao mundo a sua fragilidade: a agenda partidária tem prevalecido sobre a agenda nacional; o interesse do povo e sobretudo dos mais fragilizados tem servido de bandeira nos discursos, mas secundarizado na prática. Se há lugar para a vergonha não se deve ao pouco que temos, mas sim ao que desperdiçamos.

- Manifestamos alegria por algum ressurgir de uma sociedade civil que questiona esse modelo de crescimento; tememos o perigo de algumas oligarquias corporativas que com o nome do povo e da democracia buscam mais o interesse pessoal, esquecendo a dimensão da solidariedade e contribuindo para uma vida ainda mais penalizada para os desprovidos de poder.

- Na perspectiva de superação da crise há parâmetros que nos parecem indispensáveis: uma vida mais simples, menos dependente das pressões publicitárias viradas para o consumismo, uma organização mais justa, porque mais virada para o cidadão. Essa perspectiva implica a todos: o Estado com a transparência nos projectos, a verdade nas opções e a avaliação dos resultados; a família que deve ser respeitada e apreciada, sabendo que a sua subalternização a outros valores tem sido causa de muitos desequilíbrios; a escola que não se pode limitar à informação, mas deve educar para a cidadania; a administração pública assumidamente ao serviço do cidadão; passa ainda por uma justiça que, ultrapassando o formalismo, recupera a sua dignidade e promove maior bem-estar porque realizando a justiça real; implica toda a sociedade civil que, quando se vê respeitada mais motivada fica cumprir as suas obrigações e a evitar sistemas alternativos de economia e de participação social.

- Estamos convencidos de que ninguém virá resolver os nossos problemas, mas que também nós mesmos temos a capacidade de o fazer. O Estado e cada um de nós, face às situações cada vez mais

gravosas para os fragilizados, não podemos limitar-nos a dizer que não há solução; perante carências básicas graves, é obsceno negar o acesso ao mínimo de condições de alimentação e cuidados de saúde, quando ao lado há ostentação e esbanjamento. Mas é o Estado que detém a autoridade e os meios para combater o parasitismo social, o oportunismo egoísta, o novo-riquismo ostensivo e a fuga aos compromissos sociais; fugindo do autoritarismo ele deve ter autoridade que se manifestará nos projectos levados até ao fim. Somos adeptos não da uniformidade, mas da diversidade civilizada e responsável. Os políticos são indispensáveis e é nobre a sua missão, desde que não coloquem o interesse particular acima do colectivo.

- Não temos soluções feitas, mas não nos alheamos do contributo a dar na construção de uma sociedade mais feliz. O lucro como primeiro valor transforma-se no bezerro de ouro que aliena e torna o mundo uma selva. Orientação diferente é apontada por tentativas de uma economia social e solidária, fomentando relações de proximidade e participação efectiva de todos. Queremos um mundo para todos. Por isso queremos com todos colaborar para um futuro melhor.

Comissão Justiça e Paz CIRP